

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

CAMPINAS / SP

***Demonstrações Contábeis Consolidadas
Encerradas em 31 de dezembro de 2020***

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Administração da Construtora Lix da Cunha S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem submeter a V. Sas., o Relatório da Administração acompanhado das Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.020, e de comentários que julga oportuno fazer sobre os negócios da Sociedade.

1- ANÁLISE DO DESEMPENHO 2.020

Como amplamente divulgado nos últimos anos, a Companhia atravessa grave crise econômica financeira, decorrente dos calotes que sofreu dos diversos Entes Públicos, em especial a União e Dersa, que não cumpriram os contratos para execução de várias obras públicas executadas, o que tem sido reconhecido judicialmente nos diversos processos movidos (ver nota explicativa nº 6), acarretando a paralisação momentânea das atividades operacionais das empresas, por absoluta falta de capital de giro.

Visando a recuperação da empresa, que passa pelo recebimento de seus legítimos créditos, a administração tem concentrado todos seus esforços, de um lado, para garantir o recebimento destes créditos e, do outro, para quitar os débitos, com prioridade absoluta para o passivo trabalhista.

Depois disso, será possível recompor o capital da empresa para que ela possa voltar a operar, retomando a condição de executar obras de qualidade por todo o país, gerando riqueza e emprego que, afinal, é o que nosso sofrido Brasil precisa e merece.

Neste exercício, a Prefeitura Municipal de Guarulhos efetuou o depósito judicial dos valores referentes ao precatório expedido a favor da Companhia (aproximadamente R\$ 24 milhões), verba essa que está sendo utilizada no

exercício de 2021, em parte para amortizar o passivo trabalhista e o saldo para garantia das execuções fiscais em curso.

A verba de R\$ 10 milhões foi transferida para o Tribunal Regional Trabalhista – 15ª Região, Setor de Divisão de Execuções, eis que a Companhia está submetida ao Regime Especial de Execuções Trabalhistas-REEF, possibilitando a negociação e quitação de mais de 120 processos trabalhistas, a maioria de funcionários que trabalharam 20, 30 anos nas empresas e aguardavam o recebimento de verbas rescisórias e salários em atraso.

Esta foi uma conquista muito comemorada, pois, apesar das dificuldades envolvidas, como a demora no recebimento de precatório e burocracia envolvida nos trâmites processuais para transferência dos valores, principalmente no momento do recesso forense decorrente do Covid-19, nada foi maior do que o empenho e a vontade dos envolvidos, interna e externamente, que se fixaram no objetivo traçado pela empresa de pagar os débitos trabalhistas.

E assim continuará sendo, todos empenhados para receber os créditos, pagar os débitos e reaver o capital dos acionistas, dilapidado pela inadimplência dos sucessivos Governos de todas as esferas.

Aliás, não podemos deixar de reiterar a indignação e perplexidade frente aos descabimentos que continuam acontecendo nas administrações públicas, que, além de tudo, insistem em descumprir ordens judiciais.

Este é o caso, em especial, da Dersa, devedora em cinco processos judiciais movidos pela Companhia, todos com trânsito em julgado há pelo menos quatro anos, cujo montante total supera R\$ 900 milhões. Ao invés de pagar, ou, no mínimo buscar uma negociação com a Companhia, prefere deixar a dívida crescendo (INPC + juros de 1% ao mês), através da interposição de recursos descabidos e medidas protelatórias que tem resultado na aplicação de multas por litigância de má-fé e ato atentatório à justiça (que tem variado de 1% a 5% do valor devido), aumentando, ainda mais, a dívida. Mistura de má-gestão e descaso com uma empresa quase centenária que tanto fez pelo Estado de São Paulo!!

Também em 2.020, a Companhia, através de uma árdua e longa batalha judicial, obteve êxito em uma ação movida contra empresa privada, o que resultou na entrada de recursos financeiros necessários para a manutenção da estrutura mínima administrativa.

A Companhia auferiu lucro de R\$ 6.399 mil, decorrentes da atualização de seus créditos e ajustes de contingências, o que não significou disponibilização financeira, por se tratar de mero lançamento contábil que se realizará quando do efetivo recebimento dos créditos. Deve ser ressaltado que referido lucro deverá ser absorvido pelos prejuízos acumulados.

Com isso, a Companhia conseguiu atingir algumas metas no exercício de 2.020: a) recebimento de créditos para quitação do passivo, em especial débitos trabalhistas e tributários; b) pontualidade no pagamento da equipe mínima que administra os ativos e passivos e dá cumprimento às obrigações legais da empresa; e, c) elaboração das Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios de 2019 e 2020, esta última deverá ser disponibilizada, em breve, no site da Companhia.

2. PERSPECTIVAS PARA 2.021

A meta principal continuará sendo a busca de recebimento dos créditos, com ênfase nos valores devidos pela Dersa e obtenção do trânsito em julgado em um dos processos movidos contra a União, o que possibilitará o cumprimento das prioridades definidas, sendo que, no exercício de 2021, o enfoque será a quitação do saldo pendente trabalhista, e, se possível, a efetivação de acordo para quitação do passivo fiscal federal, com os descontos e demais regras da Lei nº 13.988/20 (Lei da Transação Fiscal).

Além disto, a Companhia estará empenhada em regularizar as obrigações societárias, notadamente no que se refere à realização de auditoria nos exercícios faltantes (2019 e 2020), disponibilização das Demonstrações Financeiras (2017 a 2020), e convocação da AGO para deliberação das contas dos exercícios pendentes (2017 a 2020), fazendo tudo em ato único, de forma

a economizar tempo e dinheiro, mas, ao mesmo tempo acabar com essas pendências

3. MENSAGEM FINAL

Como de costume, agradecemos a todos parceiros pela valentia com que nos ajudaram a enfrentar esta interminável guerra, com perseverança, empenho, dedicação e paciência.

Agradecimento especial aos nossos colaboradores e ex colaboradores que, dentre os credores, certamente, são os que mais nos apoiam e confiam na superação dos desafios que a Companhia vem enfrentando há mais de duas décadas.

Temos confiança de que chegaremos ao aniversário do centenário com a Companhia em pé, tendo garantido seus direitos, cumprido suas obrigações e pronta para retomar sua história de sucesso.

4. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

De acordo com o Artigo 25 da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras ora apresentadas, relativas ao exercício social findo em 31 dezembro de 2.020.

A Administração.



LAM

SEÇÃO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Diretoria da

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S/A**, “Companhia”, identificada como Controladora e Consolidado, respectivamente que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Construtora Lix da Cunha S/A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Construtora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no



Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Construtora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Construtora Lix da Cunha S/A em 31 de dezembro de 2019, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 08 de setembro de 2021.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Construtora, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos

✓



de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definido no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Construtora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Construtora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Construtora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas



brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conclusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



LAM

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências não relevantes nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de setembro de 2021.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


GUILHERME PEREIRA MENDES

Contador CRC 1SP 146031/O-5.

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

ATIVO (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
CIRCULANTE	17.891	15.161	21.254	18.533
Caixa e equivalentes de caixa	2.576	-	2.599	22
Contas a receber de clientes	-	-	38	56
Tributos a recuperar	15.314	15.161	18.615	18.441
Outras contas a receber	-	-	2	14
NÃO CIRCULANTE	397.676	378.839	317.386	310.120
Realizável a Longo Prazo	327.416	325.074	316.708	309.425
Contas a receber de clientes	301.253	294.239	306.838	299.667
Partes relacionadas	16.614	21.398	-	-
Empréstimos, retenções e outros	9.549	9.437	9.870	9.758
Investimentos	69.992	53.497	47	47
Imobilizado	268	268	630	648
TOTAL DO ATIVO	415.566	394.000	338.639	328.653

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

PASSIVO

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
CIRCULANTE	242.399	227.517	49.590	36.954
Fornecedores	-	2.256	1.827	4.139
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.522	5.357
Obrigações trabalhistas	9.892	6.248	26.694	14.787
Obrigações tributárias	169	169	1.134	1.118
Partes relacionadas	154.675	160.424	4.083	1.918
Contas a pagar	144	138	1.328	3.159
Provisões para perdas em investimentos	70.517	51.806	-	-
Dividendos a pagar	7.001	6.476	7.001	6.476
NÃO CIRCULANTE	176.964	176.678	298.882	307.773
Exigível a longo prazo	176.964	176.678	298.882	307.773
Provisões para contingências e outras obrigações	176.964	176.678	298.882	307.773
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(3.797)	(10.196)	(9.832)	(16.074)

Capital social	48.680	48.680	48.680	48.680
Reserva de reavaliação	236	236	236	236
Reserva legal	1.193	1.193	1.193	1.193
Reserva de investimento	3.871	3.871	3.871	3.871
Participação dos não controladores	-	-	(6.035)	(5.878)
Resultados acumulados	(57.777)	(64.176)	(57.777)	(64.176)
TOTAL PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	415.566	394.000	338.639	328.653

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

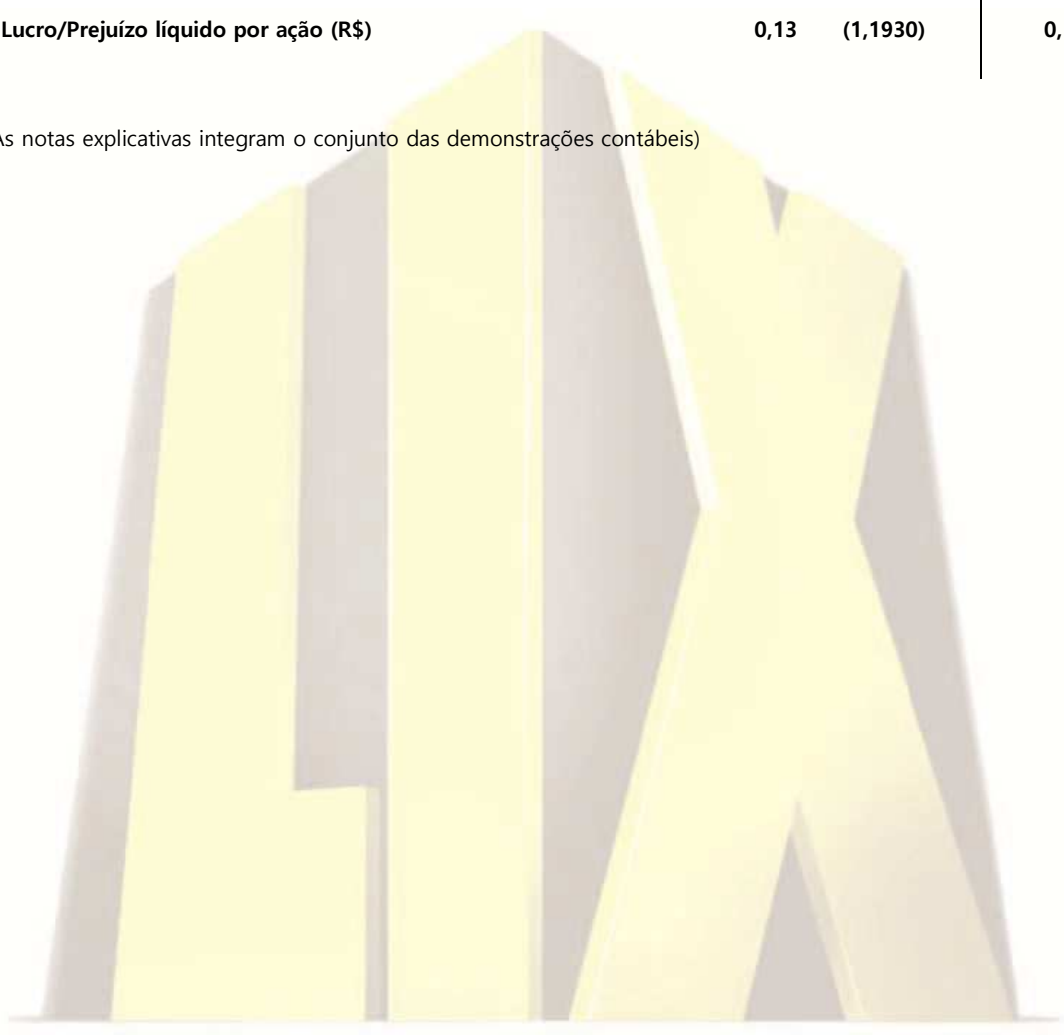
LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	-	151	301
CUSTOS OPERACIONAIS	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	-	-	151	301
RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	6.399	(14.309)	6.091	(14.978)
Despesas gerais e administrativas	(339)	(181)	(771)	(613)
Honorários da administração	(918)	(725)	(1.164)	(1.236)
Tributárias diversas	-	-	(7)	(4)
Despesas financeiras/Novas provisões	(18.079)	(12.941)	(38.177)	(26.430)
Receitas financeiras/Baixas provisões	28.698	14.390	47.043	14.815
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(748)	(1.420)	(833)	(1.510)
Outras receitas / (despesas) operacionais	-	-	-	-
Resultado da avaliação de investimentos	(2.215)	(13.432)	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS MINORITÁRIOS	6.399	(14.309)	6.243	(14.677)

PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	-	-	157	368
LUCRO OPERACIONAL	6.399	(14.309)	6.399	(14.309)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.399	(14.309)	6.399	(14.309)
- Lucro/Prejuízo líquido por ação (R\$)	0,13	(1,1930)	0,13	(1,1930)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)



CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO DE 01/01/2020 A 31/12/2020

(Em milhares de reais)

Conta	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	PL Atribuído aos controladores	Participação de Não Controladores	TOTAL	Resultado Abrangente
			Reserva Legal	Reserva de Investimento	Reserva Especial para Pagamento Dividendos					
Especificações										
Saldos em 01 de Janeiro de 2020	48.680	236	1.193	3.871	-	(64.176)	(10.196)	(5.878)	(16.075)	
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos de exercícios anteriores										
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.399	6.399	(157)	6.243	6.243
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	48.680	236	1.193	3.871	-	(57.777)	(3.797)	(6.035)	(9.832)	
Resultados Abrangentes										
Atribuído aos Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.399
Atribuído aos não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(157)
TOTAL	48.680	236	1.193	3.871	-	(57.777)	(3.797)	(6.035)	(9.832)	-

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro/ Prejuízo Líquido do Exercício	6.399	(14.309)	6.399	(14.309)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Reflexo de participação dos minoritários	-	-	(157)	(368)
Depreciação e amortização	-	-	-	-
Custo da baixa de bens imobilizado	-	-	-	38
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto	2.216	13.432	-	-
Baixa de Outros Investimentos	-	-	-	-
Juros sobre financiamentos	-	-	-	-
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais				
Contas a receber de clientes	(7.014)	(842)	(7.153)	879
Tributos a recuperar	(153)	(16)	(174)	(19)
Empréstimos, retenções e outros	(112)	(9)	2.053	530
Outras contas a receber	-	-	12	-
Partes relacionadas (direitos)	4.785	-	-	-
Fornecedores	(2.256)	-	(2.312)	(3)
Obrigações trabalhistas	3.644	107	11.907	189
Obrigações tributárias	-	-	16	2
Partes relacionadas (obrigações)	-	-	1.011	-
Contas a pagar	6	4	(676)	156
Provisão para contingências	4.450	1.839	682	9.587
Dividendos a pagar	525	-	525	-

CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	12.490	206	12.133	(3.318)
2. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Contas a pagar partes relacionadas	(5.749)	24	-	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(5.749)	24	-	-
VARIAÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES	6.741	230	12.133	(3.318)
Caixa e equivalentes de caixa	(2.576)	-	(2.577)	(458)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
1) GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(748)	(1.420)	(666)	(1.179)
Receitas de vendas de produtos, mercadorias, serviços e outras	-	-	167	332
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(748)	(1.420)	(833)	(1.510)
Outros resultados operacionais	-	-	-	-
2) (-) INSUMOS	-	-	-	-
Outros custos	-	-	-	-
3) VALOR ADICIONADO (1-2)	(748)	(1.420)	(666)	(1.179)
4) RETENÇÕES	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	-	-
5) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3-4)	(748)	(1.420)	(666)	(1.179)
6) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	26.483	958	47.043	14.815
Resultado da equivalência patrimonial	(2.215)	(13.432)	-	-
Receitas financeiras	28.698	14.390	47.043	14.815
7) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	25.735	(462)	46.377	13.636
8) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
<u>Do trabalho</u>	1.144	965	1.820	1.906
Remunerações		8	66	142
Encargos sociais (exceto INSS)		39	10	45
Outros custos	1.144	918	1.744	1.719
<u>Do governo</u>	113	(59)	138	(31)

INSS	113	(59)	116	(66)
PIS e COFINS	-	-	15	31
Outros encargos	-	-	7	4
<u>Do capital de terceiros</u>	18.079	12.941	38.177	26.438
Despesas financeiras	-	-	-	595
Variações monetárias	18.079	12.941	38.177	25.835
Aluguéis	-	-	-	8
Contingências	-	-	-	-
<u>Do capital próprio</u>	6.399	(14.309)	6.242	(14.677)
Participação de Minoritário	-	-	(157)	(368)
Realização de reservas	-	-	-	-
Lucros / (Prejuízos) retidos	6.399	(14.309)	6.399	(14.309)
TOTAL	25.735	(462)	46.377	13.636

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

CONSTRUTORA LIX DA CUNHA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

*** Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma ***

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construtora Lix da Cunha S.A. e suas controladas têm por principal objeto social, o desenvolvimento de atividades relacionadas à área de construção civil, dedicando-se particularmente aos segmentos da construção pesada, terraplenagem e empreendimentos.

Atualmente a Companhia esta com as atividades operacionais paralisadas, contando apenas com as atividades administrativas e financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis apresentadas (controlada e consolidado) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa perfazem todos os saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no seu valor.

b) Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes são registradas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidas das variações legais quando tais valores estão em discussão judicial, com base em estimativas dos assessores jurídicos da Companhia. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, descontada do saldo da rubrica de contas a receber de clientes, foi constituída com base na análise de cada conta a receber em montante considerado suficiente pela Administração e Assessores Jurídicos, para fazer frente a eventuais perdas na sua realização.

c) Tributos a Recuperar: Referem-se a valores de Funrural e Finsocial sobre os quais a empresa já vem tomando medidas administrativas para compensá-los com outros tributos, de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

d) Investimentos: Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ajustados por provisões para perdas quando for o caso. Os demais investimentos permanentes estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até 31 de Dezembro de 1995 quando anteriores a essa data, de acordo com a Lei n.º 9.249/95.

e) Imobilizado: Apresentados aos custos de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas prováveis para redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando incorridas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e seu custo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada (exceto terrenos).

f) Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas.

Softwares (Licenças de uso e desenvolvimento) - A Companhia possui softwares, licenças adquiridas e desenvolvimento de sistemas, os quais são amortizados com vida útil média de 5 anos, conforme avaliação realizada junto aos fabricantes dos mesmos. Os custos

associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas, conforme incorridos.

g) Fornecedores e contas a pagar: As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes: Constitui-se uma provisão em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível e provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros. Perante decisão judicial preliminar a Companhia poderá realizar depósitos judiciais que compõem parte do pleito no polo passivo a qual está sujeita, os quais são deduzidos do total de contingências previstas na ação em andamento e são apresentadas em nota explicativa.

i) Demais Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo e Outros Direitos: Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos financeiros e as variações monetárias auferidas. Os valores disponíveis, os direitos realizáveis e os demais direitos quando indexadas por índices internos de variação de preços ou variação cambial, estão atualizados monetariamente com base nos respectivos indexadores contratados ou nas taxas de câmbio comercial, vigentes na data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

j) Empréstimos e Financiamentos: Atualizados monetariamente até a data do balanço pelas variações cambiais e monetárias e pelos encargos financeiros incorridos, em conformidade com as cláusulas dos contratos firmados pela Companhia.

k) Imposto de Renda e Contribuição Social: A Companhia possui prejuízos fiscais e receitas provenientes de órgãos públicos diferidas para fins fiscais, que julga suficientes para absorver os lucros apurados e manter bases de cálculo negativa para fins de Contribuição Social e Imposto de Renda sobre o Lucro Líquido.

l) Reserva de Reavaliação: O saldo de reserva de reavaliação procedida em exercícios anteriores,

será mantido até a sua realização por meio de depreciação, alienação ou baixa por perda, sendo eliminada a possibilidade de realização espontânea de bens a partir de 2008, conforme as alterações introduzidas na legislação societária brasileira.

m) Ajustes a Valor Presente: A Administração avaliou o CPC 12 e concluiu que os ativos e passivos de longo prazo não são passíveis de ajustes e os efeitos de curto prazo não são relevantes.

n) Avaliação do valor recuperável de ativos: A administração passou a revisar anualmente o valor contábil líquido de seus principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Construtora Lix da Cunha S.A. e das seguintes controladas diretas e indiretas, conforme nota explicativa nº 10: (1) Lix Incorporações e Construções Ltda., (2) CBI Construções Ltda., (3) Lix Empreendimentos e Construções Ltda., (4) Pedralix S.A. Indústria e Comércio, (5) CBI Industrial Ltda., e, (6) Lix Construções Ltda.

As normas e procedimentos contábeis foram aplicados de forma uniforme em todas as empresas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
Caixas e Bancos	2.576	-	2.599	22
TOTAL	2.576	-	2.599	22
Parcela circulante	2.576	-	2.599	22

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
Faturas a vencer e serviços a faturar	-	-	38	56
Créditos vencidos antes de 01/01/2018	316.217	308.455	323.087	315.083
(-) Provisão para perdas eventuais	(14.964)	(14.216)	(16.249)	(15.416)
TOTAL	301.253	294.239	306.876	299.723
Parcela circulante	-	-	38	56
Parcela não circulante	301.253	294.239	306.838	299.667

O registro dos valores a receber de clientes, apresentados nas demonstrações contábeis, considerou o seguinte:

- a) Os valores de créditos a receber vencidos estão relacionados com contratos diretos ou de sub empreitada de obras já executadas, total ou parcialmente, junto a diversos organismos municipais, estaduais e federais, tais como: Prefeituras, Departamentos Estaduais de Estradas e Rodagem e Governo Federal. Foi feita em todos os exercícios, uma análise criteriosa dos saldos no sentido de identificar ajustes nos valores a receber de clientes em processos judiciais, visando adequar os saldos a expectativa de realização. Os créditos ajustados estão acrescidos de atualização monetária e juros legais, quando for o caso, e em conformidade com os contratos ou aditivos firmados entre as partes.
- b) O valor total da provisão para perdas (consolidado) registrada em 31 de dezembro, refere-se a valores constituídos com base nos históricos de descontos concedidos aos clientes e em acordos anteriormente firmados. Referido valor também levou em consideração a possibilidade de perda eventual do total ou parte do valor do crédito. A cada exercício, as estimativas utilizadas na formação do saldo dessa provisão são revisadas pela Administração de forma a adequar o valor da mesma ao cenário atual da carteira de créditos.
- c) Estão em andamento diversos processos de cobrança judicial relacionadas a clientes (Controladora), que pela fase processual que se encontram nem todos foram registrados contabilmente os quais ainda não têm o trânsito em julgado e, portanto, não foram registrados contabilmente.
O total dos créditos, contabilizados e em discussão processual, apresenta os seguintes saldos consolidados e atualizados em 31 de dezembro:

AÇÕES NAS ESFERAS:	12/2020	12/2019
Federais	643.152	643.867
Estaduais	954.382	727.217
Municipais	74.189	68.848
Outros	-	4.276
TOTAL	1.671.723	1.444.208

- d) A Companhia obteve êxito em processo judicial movido contra o Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A, para cobrança de perdas e danos sofridos na execução e rescisão de contrato para execução das obras e serviços de restauração, drenagem e consolidações na Rodovia dos Bandeirantes (processo no. 0100429-06.2006.8.26.0053 em trâmite perante a 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo). Considerando que (i) o julgamento do mérito favorável à empresa transitou em julgado em 05/12/17, estabelecendo um crédito superior a R\$ 500 milhões na data base de maio/2016; (ii) na fase de cumprimento de sentença, houve decisão no sentido de que seja seguido o rito estabelecido no artigo 100 da Constituição Federal (precatório), o que foi modificado no Tribunal de Justiça de São Paulo que determinou o prosseguimento da execução pelo rito comum, estando pendente julgamento de recurso interposto pela Dersa perante o STJ (AgREsp); (iii) em 09/2019, foi sancionada a Lei Estadual nº 17.148, que autoriza a extinção da Dersa, e, apesar de ter sido nomeado o liquidante em final do ano de 2020, continua pendente a definição da forma como serão quitados os débitos, o que é imprescindível para a liquidação e extinção da empresa; (iv) há questionamento quanto à capacidade de pagamento pelo devedor Dersa, eis que uma análise perfunctória do seu balanço indica que a maior parte dos seus ativos é composta de créditos junto ao próprio acionista controlador – Governo do Estado de São Paulo, sendo que o que exceder o ativo da empresa, deverá ser assumido pelo controlador, Estado de São Paulo; (v) é do conhecimento geral o atraso nos pagamentos de precatórios, inclusive do Estado de São Paulo, tendo sido promulgadas sucessivas Emendas Constitucionais para prorrogação dos prazos para os Entes Públicos devedores efetuarem quitação dos débitos de precatórios;

Diante de tais premissas, a administração da companhia baseada no histórico do processo judicial e qualificação do devedor, avaliou que a entrada dos recursos financeiros advindos da referida ação judicial é provável. Sendo assim e de acordo com o C.P.C – Comitê de Pronunciamentos Contábeis 25, quando a entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa, nenhum ativo deverá ser reconhecido, sendo exigida sua divulgação em nota explicativa, que é o procedimento ora adotado pela Companhia.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

A empresa obteve decisão judicial favorável em relação ao processo número 94.050.2409-8, no qual vinha discutindo créditos tributários de Finsocial, e, em 2008, referido crédito foi reconhecido pela Receita Federal do Brasil. Em 25 de Setembro de 2008, a empresa obteve

decisão judicial favorável em relação ao processo número 89.0026898-8, no qual vinha discutindo créditos tributários de Funrural, não sendo mais admitidos recursos na decisão em questão.

Considerados como praticamente certos referidos créditos, em conformidade com o que preconiza a Deliberação CVM nº 489/05, referido crédito foi registrado no ativo circulante, conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
FINSOCIAL	10.328	10.263	13.629	13.543
FUNRURAL	4.986	4.898	4.986	4.898
TOTAL	15.314	15.161	18.615	18.441

8. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS, RETENÇÕES E OUTROS

Composição do Saldo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
- Depósitos judiciais	2.121	2.009	2.434	2.330
- Empréstimos Comp./Outros	7.428	7.428	7.436	7.428
TOTAL	9.549	9.437	9.870	9.758
Parcela não circulante	9.549	9.437	9.870	9.758

9. PARTES RELACIONADAS

a) Controladas

	DIREITOS		OBRIGAÇÕES	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
- Pedralix S.A. Ind. e Com.	-	141	11.459	11.600
- CBI Construções Ltda.	16.614	16.613	-	-
- CBI Industrial Ltda.	-	-	217	217
- Lix Construções Ltda.	-	3.169	94.916	98.763
- Lix Empr. e Constr. Ltda.	-	574	9.082	10.036
- Lix Incorp. e Constr; Ltda.	-	901	38.176	39.077
TOTAL	16.614	21.398	153.850	159.693
Parcela circulante	-	-	153.850	159.693
Parcela não circulante	16.614	21.398	-	-

As transações com empresas controladas (diretas e indiretas) referem-se a contratos de mútuo sem incidência de juros e atualização monetária.

b) Total Partes Relacionadas (Resumo)

	DIREITOS		OBRIGAÇÕES	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
Controladas	16.614	21.398	153.850	159.693
Oriente Incorp. Imob. Ltda. – Mútuo	-	-	825	731
TOTAL	16.614	21.398	154.675	160.424
Parcela circulante	-	-	154.675	160.424
Parcela não circulante	16.614	21.398	-	-

A empresa Oriente Incorporações Imobiliárias Ltda., possui em sua administração e no seu quadro societário, com participação no Capital Social de 99,75%, o Sr. Moacir da Cunha Penteado, que ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração na Construtora Lix da Cunha S.A. A empresa Oriente Incorporações Imobiliárias também participa no Capital Social da Companhia com o percentual de 0,49%. As operações realizadas foram demonstradas acima e se resumem basicamente a operações de mútuo.

10. INVESTIMENTOS

a) Composição dos Saldos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
-Participações em empresas controladas	69.992	53.497	-	-
- Outros investimentos	-	-	47	47
TOTAL	69.992	53.497	47	47

b) Posição Detalhada dos Investimentos

	% DE PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		NO RESULTADO DO EXERCÍCIO	
PARTICIPAÇÕES DIRETAS	2020 a 2015	2020 a 2015	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
Lix Incorp. e Construções Ltda.	79,77	58.985	68.823	66.940	1.883	(3.559)
Lix Empreend. e Const. Ltda.	81,25	5.788	(16.069)	(13.454)	(2.615)	(7.858)
Pedralix S.A. Ind. e Com.	87,29	22.715	(17.217)	(16.969)	(248)	(3.033)
Lix Construções Ltda.	0,01	70.586	11	11	(1)	(1)
CBI Construções Ltda.	91,09	1.053	(36.072)	(34.838)	(1.234)	1.562
					(2.215)	(12.889)
PARTICIPAÇÕES INDIRETAS						
CBI Industrial Ltda.	91,02	727	(4.278)	(3.442)	(836)	(2.925)
Lix Incorp. e Construções Ltda.	16,44	58.985	14.183	13.796	388	(734)
Lix Empreend. e Construções Ltda.	16,37	5.788	(3.238)	(2.711)	(527)	(1.583)
Lix Construções Ltda.	79,76	70.587	86.012	89.457	(3.445)	(2.442)

c) Controladas com Passivo a descoberto

As controladas CBI Construções Ltda., e CBI Industrial Ltda., Pedralix S.A. Indústria e Comércio e Lix Empreend. E Construções, apresentaram passivo a descoberto. Em decorrência desses fatos e da Administração considerar pertinente o eventual apoio financeiro para a cobertura do passivo a descoberto, foi constituída provisão para perdas em investimentos no passivo circulante, que em 31/12/2020 soma R\$ 70.517.

11. IMOBILIZADO

	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
Terrenos:	0	-	-	357	374
Edifícios e Benfeitorias:	4%	30	30	30	30
Máquinas e equipamentos	10%	-	5.019	-	5.019
Móveis e utensílios	10%	1.882	1.882	2.001	2.001
Veículos	20%	-	372	-	373
Outros	Diversas	268	612	460	1.030
TOTAL		2.179	7.915	2.848	8.827
Depreciações acumuladas		(1.911)	(7.647)	(2.217)	(8.179)
TOTAL		268	268	630	648

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou alguns eventos que indicasse redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos portanto procedemos baixa dos valores históricos bem como da depreciação acumulada dos bens perecidos ou considerados obsoletos que não geram valor para a Companhia.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

MODALIDADE	TAXAS (%) (média)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
- Capital de giro	CDI + 1,2% a.m.	-	-	7.522	5.357
TOTAL		-	-	7.522	5.357
Parcela circulante		-	-	7.522	5.357

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas de imóveis; (ii) aval de diretores e acionistas.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Obrigações Trabalhistas

A Companhia possui valores devidos a título de obrigações trabalhistas em atraso, assim como em discussão administrativa e judicial, cujos saldos atualizados monetariamente estão assim representados:

CONTAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
- Salários, honorários dos administradores, férias e outros	7.464	3.986	20.821	9.078
- INSS	1.624	1.488	4.045	3.896
- FGTS	19	19	97	112
- IRRF	780	750	1.683	1.653
- Contribuição Sindical	5	5	48	48
TOTAL	9.892	6.248	26.694	14.787

b) Obrigações Tributárias

A Companhia possui valores devidos a título de obrigações tributárias em atraso, assim como em discussão administrativa e judicial, estão assim representados:

CONTAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
- IRPJ / IRF	26	26	41	41
- Pis	9	9	134	131
- Cofins	93	92	698	685
- ISS	23	23	23	23
- INSS Serviço	19	19	237	236
- IPTU	-	-	2	2
TOTAL	169	169	1.134	1.118

c) Provisões para Contingências Legais

A Companhia é polo passivo em 791 processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado final dos processos judiciais. As provisões estão assim demonstradas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	12/2020	12/2019	12/2020	12/2019
Contingências Cíveis	41.254	51.201	77.931	91.023
Contingências Trabalhistas	5.662	5.832	18.304	17.049
Contingências Tributárias	116.698	102.132	189.176	176.657
Total	163.614	159.165	285.411	284.729

As provisões contabilizadas referem-se a contestação em processos de natureza tributária, processos cíveis e trabalhista. As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia e, como base nas premissas que são informadas, são reavaliadas as provisões contábeis efetuadas. Nesse sentido, também estão incluídos processos trabalhistas e previdenciários de contingências envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas por ex-empregados em relação a questões salariais, tais como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais, horas extras e outros.

d) Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, civil e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como remota e possível.

AÇÕES NAS ESFERAS:	12/2020	12/2019
Contingências Cíveis	3.044	41.774
Contingências Trabalhistas	67	60
Contingências Tributárias	33.305	32.782
TOTAL	36.416	74.616

14. FORNECEDORES

Os valores devidos a fornecedores que estão vinculados ao ativo circulante, foram analisados nas mesmas bases descritas na nota explicativa nº 3, cujos saldos ajustados estão devidamente correspondidos.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 e Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas informam que não possuíam qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2020. Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, a pagar e empréstimos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2020 se aproximam dos valores de mercado.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes, que de forma geral não tem garantias. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito e o direcionamento para a iniciativa privada, estando a carteira “ativa” de clientes reduzida em relação à iniciativa pública.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social em 31 de dezembro de 2020, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 11.993.407 ações sem valor nominal, sendo 6.104.107 ordinárias e 5.889.300 preferenciais, nominativas.

b) Reserva de Reavaliação

A parcela realizada no exercício, da reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores, proporcional à depreciação e baixas dos bens reavaliados do ativo permanente, foi transferida para prejuízos acumulados. Os encargos tributários resultantes da reserva de reavaliação, são reconhecidos no exercício em que esta é realizada por depreciação ou baixa.

17. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía cobertura de seguros para cobrir possíveis riscos de perda material por incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos

para os bens do ativo imobilizado, usuários e construções, pois a Administração considera a natureza e o grau de risco envolvido baixo, por estar com suas atividades operacionais paralisadas.

Ailton Ribeiro de Camargos
CRC CT1SP131339/O-3
CPF 274.902.386-68

Elias Abrão Ayek - Diretor Superintendente,
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores

